
	ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL	Processo Nº. 1.940/2024 Folha Nº: _____ Rubrica: _____
---	--	--

EDITAL

A Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC, por intermédio da Comissão Permanente de Contratação – infraqualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA em forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Municipal nº 129/2023 de 26/12/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Esta licitação foi regularmente autorizada pela Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	1.940/2024
ÓRGÃO CONTRATANTE:	PREFEITURA DE TARAUCÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UASG:	<u>980147</u>
MODALIDADE:	CONCORRÊNCIA
FORMA:	ELETRÔNICA
SRP	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO <input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM/LOTE
REGIME DE EXECUÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO <input type="checkbox"/> EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL <input type="checkbox"/> EMPREITADA INTEGRAL
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO <input type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO
VALOR DE CARATER SIGILOSO:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input checked="" type="checkbox"/> Valor de Referência

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 2 de 95

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	http://www.gov.br/compras/pt-r
PRESIDENTE/AGENTE DE CONTRATAÇÃO	JANETH REBOUÇAS DE ALMEIDA SANTOS
DATA DA ABERTURA:	02/08/2024
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	10h30min
PERÍODO DE RETIRADA:	19/07/2024
ATO DE NOMEAÇÃO:	Portaria Nº 172 de 19/04/2024, mediante ato publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.760 de 24/04/2024.
<p>Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.</p>	

A Concorrência será realizada pela Comissão de Contratação a ser designada por esta secretaria.

1. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a Recuperação de Estradas Vicinais no município de Tarauacá/AC em atendimento ao convênio nº 920151/2021 – SICONV celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e o município de Tarauacá - Acre.


1.2. Valor Estimado: 3.853.916,08 (três milhões oitocentos e cinquenta e três mil novecentos e dezesseis reais e oito centavos).

1.3. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no Compras.gov.br e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

1.4. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Projeto Básico/ Termo de Referência;

Anexo II: Minuta de Contrato;

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 3 de 95


- Anexo III:** Modelo de Carta de Apresentação da Proposta de Preços;
Anexo IV: Planilhas Orçamentarias;
Anexo V: Relação da Equipe Técnica Mínima e Declaração de Autorização de Inclusão;
Anexo VI: Modelo de declaração de inexistência de fatos impeditivos e cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal
Anexo VII: Modelo de Declaração de Visita;
Anexo VIII: Declaração de Enquadramento de Micro Empresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP);
Anexo IX: Estudo técnico Preliminar - ETP;
Anexo X: Matriz de risco;

2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 2.1.** Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: setordelicitacoestk2@gmail.com, ou excepcionalmente na sede da Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC, endereço Rua Cel. Juvêncio de Menezes, Centro – Tarauacá/AC, no horário de expediente de segunda a sexta-feira. Deverá ser considerado o horário de funcionamento desta Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC, de segunda a sexta-feira, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**
- 2.2.** A comissão de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.
- 2.3.** A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pela comissão de contratação nos autos do processo de licitação.
- 2.4.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema **Compras.gov.br** <http://www.gov.br/compras/pt-br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pela comissão de contratação.
- 2.5.** Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 65 do Decreto Municipal nº. 129 de 26/12/2023.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1.** A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 3.2.** Poderão participar desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA os interessados que:
- 3.2.1.** Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 3.2.2.** Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 4 de 95

responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

3.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;


3.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

3.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO**

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---


Página 5 de 95

quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado;

- 3.3.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- 3.3.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 3.3.12.** Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 3.4.** O impedimento de que trata o **item 3.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 3.5.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.3.2 e 3.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;
- 3.6.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 3.7.** O disposto nos itens **3.3.2 e 3.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.8.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#)

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 4.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 4.2.** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação;
- 4.3.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de


	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

- 4.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. 13 da Instrução Normativa SEGES Nº 73 de 30/09/2022.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.


- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;
- 5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto;
- 5.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que**
- 5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#);
- 5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 5.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 7 de 95

eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

- 5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
- 5.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 5.4 ou 5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;
- 5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;
- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras
 - 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e;
 - 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#);
- 5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado;
 - 5.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e;
 - 5.12.1. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#);


- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 5.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;
- 5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos.
 - 6.1.1 **Valor total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- 6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.
 - 6.6.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **item 6.5**.
- 6.7. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial.

7. DA SESSÃO PÚBLICA

- 7.1. A abertura da sessão pública desta Concorrência, conduzida pela comissão de contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.


	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 9 de 95

- 7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre a comissão de contratação e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).
- 7.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.4. A comissão de contratação poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação:
- 7.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições;
- I. apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
 - II. análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
 - III. divulgação do resultado da habilitação;
 - IV. disputa entre os licitantes habilitados;
 - V. exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
 - VI. divulgação do resultado do julgamento; e
 - VII. previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 195 do Decreto Municipal nº. 129 de 26/12/2023](#) e art. 165 da Lei 14.133 de 01/04/2021.
- 7.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet:

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO


- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a comissão de contratação e os licitantes.
- 8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 10 de 95

houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.


- 8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.
- 8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.
- 8.10. Durante a fase de lances, a comissão de contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutível.
- 8.11. Nesta Concorrência o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no **art. 56 da Lei 14.133 de 01/04/2021**.
- 8.12. O envio de lances na concorrência eletrônica o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 8.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 8.12.1.1 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 8.12.1.2 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 8.12.2 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a comissão de contratação, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 8.12.2.1 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
 - 8.12.2.2 Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
 - 8.12.3 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 8.13. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 8.15. No caso de desconexão com a comissão de contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
 - 8.15.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a comissão de contratação persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página **11** de **95**

suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.


- 8.16.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.17.** Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão de contratação.
- 8.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 8.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.19.** A comissão de contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 8.19.1.** Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 8.20.** Definido o resultado da disputa, a comissão de contratação poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 8.20.1.** Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 8.20.1.1.** Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, a comissão de contratação poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 8.20.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página **12** de **95**

após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.

- 8.20.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.21. **Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, a comissão de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros.**
 - 8.21.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
 - 8.21.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>) e;
 - 8.21.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>)
 - 8.21.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 8.22. A comissão de contratação solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Carta de Apresentação da Proposta de Preços constante do Anexo III deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação.**
- 8.23. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas orçamentárias com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, **conforme disposto Anexo IV do edital**, bem como com detalhamento das **Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES)**, com os respectivos valores adequados ao valor final ofertado, **no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de desclassificação**, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 8.24. Os prazos de que tratam os itens anteriores poderão ser prorrogados por igual período, antes do término dos prazos originalmente previstos, mediante solicitação do licitante

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---


Página 13 de 95

através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: setordelicitacoestk2@gmail.com, a critério da comissão de contratação.

- 8.25. Para o envio dos documentos, a comissão de contratação fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 8.25.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela da comissão de contratação, após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 8.25.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail: setordelicitacoestk2@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.
- 8.26. **Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.**
- 8.27. Após a negociação do preço, a comissão de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.


9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

- 9.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.
- 9.2. A comissão de contratação realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação
- 9.3. Os custos unitários dos serviços e dos equipamentos apresentados pelos licitantes serão a base de cálculo para as suas propostas e, em caso de erro na transposição ou multiplicação dos dados, a proposta será corrigida, pela equipe técnica do órgão demandante, com base nos custos unitários apresentados, da seguinte forma
- 9.3.1. Discrepância entre valor grafado na carta proposta com o da planilha orçamentária: prevalecerá o valor proposto na planilha.
- 9.3.2. Erro de multiplicação de preço unitário pela quantidade correspondente, terá corrigido o seu produto.
- 9.3.3. Erro de adição será retificado tomando as parcelas corrigidas e substituindo o total proposto pelo corrigido;
- 9.3.4. na hipótese de erro no preço cotado não será admitida retificação;
- 9.3.5. Erro de transcrição das quantidades previstas no edital: o produto será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 14 de 95

- 9.4.** Considerar-se-á que os preços fixados pelo licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas dos serviços, da utilização dos equipamentos e da aquisição de materiais. Considerar-se-á, assim, que a não indicação no conjunto de composições de custos unitários de qualquer insumo ou componente necessário para a execução dos serviços conforme projetados, significa tacitamente que seu custo está diluído pelos demais itens componentes dos custos unitários, itens estes julgados necessários e suficientes, e não ensejarão qualquer alteração contratual sob esta alegação.
- 9.5.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação
- 9.5.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 9.6.** A comissão de contratação **poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**
- 9.7.** Será desclassificada a proposta que:
- 9.7.1.** Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos.
- 9.7.2.** Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;
- 9.7.3.** Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;
- 9.7.4.** Apresentar preço manifestamente inexequível;
- 9.7.5.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração
- 9.8.** Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta.
- 9.8.1.** em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e
- 9.8.2.** no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;
- 9.9.** A comissão de contratação por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta;
- 9.9.1.** A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:
- 9.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta
- 9.10.** Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:
- 9.10.1.** necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---


Página 15 de 95

- 9.10.2.** destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.
- 9.11.** A comissão de contratação, por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.
- 9.12.** A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.13.** Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, a comissão de contratação convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.
- 9.14.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes da comissão de contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.15.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a comissão de contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 10.1.** Após a aplicação da preferência das MPEs nos casos de empate ficto, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem, sendo dada a oportunidade de os licitantes declararem, quando necessário.
- 10.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 10.1.2.** desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do art. 83 do Decreto Municipal nº 129 de 26/12/2023.
- 10.1.3.** desenvolvimento de programa de integridade, nos termos do art. 84 do Decreto Municipal nº 129 de 26/12/2023.
- 10.2.** Mantida a igualdade de condições, será assegurada preferência, sucessivamente, aos:
- 10.2.1.** bens e serviços produzidos ou prestados por licitantes estabelecidos no território do Estado do Acre;
- 10.2.2.** bens e serviços produzidos ou prestados por licitantes brasileiros;
- 10.2.3.** bens e serviços produzidos ou prestados por licitantes que declarem investir em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e
- 10.2.4.** licitantes que declarem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 10.3.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada dentre as propostas empatadas.

11. DA HABILITAÇÃO

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 16 de 95

- 11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.
- 11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.
- 11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica

11.3.1. Habilitação Jurídica

- a) Contrato Social ou instrumento equivalente;

11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista


- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira,

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 17 de 95

Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3.4. Qualificação Técnica

a) Registro ou inscrição da empresa licitante e do(s) profissional(is): Engenheiro Civil ou Técnico Equivalente, na entidade profissional competente. Para o licitante vencedor da licitação, caso não seja do Acre, por ocasião da assinatura do contrato será exigido o visto da entidade profissional competente.

a.1) Caso o registro ou inscrição do(s) profissional(ais) acima esteja(m) no descritos no na entidade profissional da licitante, não há a necessidade de apresentar o registro ou inscrição individual(ais) desse(s) profissional(ais).

b) Para fins de **habilitação técnico-profissional**: comprovação de que os profissionais indicados pela empresa na data da licitação terem executado, a qualquer tempo, obras/serviços de características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão de acervo técnico CAT e/ou atestado(s), em nome do próprio Responsável Técnico, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **devidamente certificados pela entidade profissional competente**, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas **conforme constante a seguir**:

Item	Discriminação	Unid.
4.4	Compactação de Aterros a 100% do proctor normal	M³
5.1	Regularização do Subleito	M²
5.4	Imprimação com asfalto diluído	M²
5.5	Concreto asfáltico – faixa c -areia e brita comerciais	T
6.1	Sarjeta Triangular de concreto – stc 150-32 moldada no local com formas e concreto usinado com betoneira – escavação mecânica	M

b.1) **A comprovação de vínculo profissional se fará:**

a) por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou;
b) por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social acompanhada de cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da licitante, ou

- c) declaração de disponibilidade e futura contratação do profissional assinada pelo responsável da empresa licitante e pelo próprio profissional ou;
- d) Comprovação de registro como responsável técnico pela empresa licitante junto à entidade competente ou;
- e) por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário.

c) Para fins de **habilitação técnico-operacional**.

c.1) A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo; **ou**.


c.2) **Certidão(ões) de Acervo Técnico com registro de atestado**, devidamente certificados pela entidade profissional competente, desde que esta identifique como CONTRATADA a própria licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo:

Item	Discriminação	Unid.	Quant.
4.4	Compactação de Aterros a 100% do proctor normal	M³	1.245,2
5.1	Regularização do Subleito	M²	7.303,3
5.4	Imprimação com asfalto diluido	M²	6.445,7
5.5	Concreto asfáltico – faixa c -areia e brita comerciais	T	773,5
6.1	Sarjeta Triangular de concreto – stc 150-32 moldada no local com formas e concreto usinado com betoneira – escavação mecânica	M	1.510,00

Obs.: Para melhor entendimento das unidades de medida e discriminação dos serviços, poderá ser consultado o **Anexo IV - planilhas orçamentárias**

Notas:

I - A fim de comprovar as informações contidas nos atestados de capacidade de capacidade técnica operacional, apresentados, poderá ser solicitado das licitantes, cópia do contrato que deu origem ao referido atestado, e/ou das certidões de acervo técnico (CAT), como forma de conferir autenticidade e

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

veracidade das informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes.

II - Para fins de qualificação técnico-operacional, **será vedada a apresentação de CAT Sem Registro de Atestado;**

III - Em se tratando de CREA, deverá ser apresentada Certidão de Acervo Técnico – CAT;

IV - Em se tratando de CAU, deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico com Atestado – CAT-A, conforme art. 11 da Resolução nº 93, de 07 de novembro de 2014 do CAU/BR.

d) VISITA TÉCNICA


d.1) As empresas interessadas, por meio de um representante, deverão contatar o (s) responsável (eis) da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN, entidade responsável pela fase interna da licitação, para efetuar a visita técnica ao local de execução dos serviços, de modo a constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, não podendo alegar, à posteriori, desconhecimento de qualquer fato.

d.2) As visitas técnicas deverão ser agendadas com antecedência junto à Secretaria Municipal de Planejamento- SEPLAN, podendo a visita ocorrer em até 3 (três) dias úteis anterior à data da Sessão Pública de abertura das propostas.

d.3) Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria no local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07h00 às 14h00, devendo o agendamento ser efetuado via e-mail : planejamentotarauaca@gmail.com e/ou setordelicitacoestk2@gmail.com ou na sede da Prefeitura Municipal de Tarauacá, situada na Rua Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395, Bairro Centro, Tarauacá/AC, CEP: 69.970.000. Na oportunidade da visita, os interessados poderão conhecer detalhadamente o local da obra, obtendo esclarecimentos, cópia de documentos, bem como poderão apresentar questionamentos; quando será fornecido pelo Município Atestado de Visita Técnica, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para a execução dos serviços.


d.4) **A visita não é obrigatória**, mas aquele que optar por não a realizar firmará, através de qualquer profissional designado pela licitante, termo de que tem ciência das condições para execução do serviço, assumindo expressamente as consequências do ato, e que não alegará posteriormente desconhecimento das informações e condições locais. O Município sugere que a declaração seja preenchida conforme modelo contido no anexo deste edital, entretanto, não será inabilitada a licitante que apresentar documento diverso, desde que contenha a manifestação de conhecimento das condições inerentes a realização do serviço, **conforme Modelo Anexo VII.**

d.5) A empresa participante deverá apresentar nos documentos de habilitação a vistoria que trata a sub alínea “d.1”, ou a declaração de pleno conhecimento das instalações e demais que trata o sub alínea “d.4”, sob pena de **INABILITAÇÃO.**

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---


Página 20 de 95

- e) **Anexar a(s) declaração(ões) individual(is), por escrito do(s) profissional(is) apresentado(s) para atendimento à alínea “a”, acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe, conforme modelo Anexo V, exceto quando o profissional for o sócio;**
 - f) **Apresentar declaração formal de disponibilidade da Relação da Equipe Técnica Mínima de acordo com o Anexo V;**
 - g) **Declaração de compromisso da licitante em manter, na condução da obra, o profissional cujo(s) atestado(s) venha(m) a atender a exigência da alínea “c”;**
 - h) **Declaração expressa da licitante de que não possui nenhum servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação que seja sócio, integre o corpo diretivo ou conselho da empresa ou que pertença a seu quadro de funcionários ou integre o seu quadro técnico;**
 - i) **E demais exigências solicitadas no Projeto Básico/Termo de Referência - Anexo I, do edital.**
- 11.4.** A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 11.5.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação da comissão de contratação, sob pena de inabilitação.
- 11.5.1.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: setordelicitacoestk2@gmail.com, a critério da comissão de contratação.
 - 11.5.2.** Para tanto, a comissão de contratação fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado
 - 11.5.3.** Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela da comissão de contratação, após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”
 - 11.5.4.** Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail setordelicitacoestk2@gmail.com, dentro do prazo estabelecido

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página **21** de **95**

- 11.6.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 11.7.** Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).
- 11.8.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.
- 11.9.** Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.
- 11.10.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.
- 11.10.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.11.** A comissão de contratação **poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**
- 11.12.** A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.
- 11.13.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 11.14.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, a comissão de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.
- 11.15.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, a comissão de contratação declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 22 de 95

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública da Concorrência constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, a comissão de contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação:

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes;

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I. complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III. comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.


12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará a comissão de contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação da comissão de contratação.

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: setordelicitacoestk2@gmail.com, a critério da comissão de contratação.

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 23 de 95

- 12.8.** Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

- 13.1.** Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

- 13.1.1.** O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

- 13.2.** A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

- 13.3.** A apreciação se dará em fase única; e.

- 13.4.** Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

- 13.5.** Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 165 § 1º Inciso I da Lei 14.133 de 01/04/2021, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput.

- 13.5.1.** intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

- 13.5.2.** intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e


- 13.6.** O recurso será dirigido a comissão de contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

- 13.7.** A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

- 13.8.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

- 13.9.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---


Página 24 de 95

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

- 14.1.1.** determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;
- 14.1.2.** revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;
- 14.1.3.** anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e
- 14.1.4.** adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 15.1.** Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, conforme preceitua o regramento do artigo 15 da Lei 14.133/2021.
- 15.2.** Para fins de habilitação, deverá ser apresentado o compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, atendidas as condições previstas na Lei 14.133/2021 e aquelas estabelecidas no Edital.
- 15.3.** Ficam vedadas a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma EMPRESA, ou em mais de um consórcio.
- 15.4.** A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.
- 15.5.** As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos no Edital, Compromisso de Constituição do Consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a EMPRESA líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio.
- 15.6.** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.
- 15.7.** Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo quando expressamente autorizado pela Administração Pública.
- 15.8.** Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.
- 15.9.** Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente da licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das EMPRESAS. O Contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 25 de 95

- 15.10.** Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, notadamente as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e apresentar as declarações exigidas no edital.
- 15.11.** Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências de qualificação econômico-financeira, salvo a comprovação de patrimônio líquido mínimo, que poderá ser atendida pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.
- 15.12.** A comprovação das capacidades técnico-profissional e técnico-operacional exigidas no poderá ser efetuada, no todo ou parte, por qualquer uma das consorciadas, permitido o somatório.
- 15.13.** No caso de composição de consórcio que integre a participação de microempresas ou empresas de pequeno porte não será admitido para fins de usufruto das benesses previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme Art. 4º §1º, inc. II da Lei 14.133/2021
- 15.14.** Para ser habilitado, o consórcio deverá comprovar que possui capital social ou patrimônio líquido, conforme o caso, em percentual estabelecido no edital além do que é exigido para o licitante individual.
- 15.15.** O percentual de acréscimo da exigência de capital social ou de patrimônio líquido não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de MPE's.

16. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

16.1. Não se aplica.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Projeto Básico/Termo de Referência - Anexo I do Edital.

18. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

18.1. Será conforme disposto no Projeto Básico/Termo de Referência - Anexo I do Edital.

19. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

19.1. Será conforme disposto no Projeto Básico/Termo de Referência - Anexo I do Edital.


20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DO TERMO DE CONTRATO

21.1. Será conforme os termos constantes do anexo I deste Edital.

22. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 26 de 95

22.1. Será conforme disposto no Projeto Básico/Termo de Referência - Anexo I do Edital.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA


23.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 24.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 24.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada nesta Concorrência, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.
- 24.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.
- 25.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).
- 25.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 165, alínea “d” da Lei Federal 14.133 de 01/04/2021](#).
- 25.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório.
- 25.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.
- 25.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da comissão de contratação em contrário.


	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 27 de 95

- 25.8.** Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo Municipal de Tarauacá/AC e na documentação relativa ao certame.
- 25.9.** Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.
- 25.10.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 25.11.** Será facultado a comissão de contratação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.
- 25.12.** As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 25.13.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 25.14.** Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 25.15.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre – LICON.
- 25.16.** O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 25.17.** Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) XXXXXXXX/ XXXXXXXXX ou e-mail setordelicitacoestk2@gmail.com
- 25.18.** O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Tarauacá - AC.

Tarauacá - AC, 19 de Julho de 2.024.

Suanne Souza Batista de Oliveira
Secretária Municipal de Administração
Portaria nº 053/2024

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL	Processo Nº. 1.940/2024 Folha Nº: _____ Rubrica: _____
---	---	--

Página 28 de 95

ANEXO I DO EDITAL- PROJETO BASICO/TERMO DE REFERÊNCIA
CONVÊNIO Nº 920151/2021

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Projeto Básico tem por objeto a **contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a Recuperação de Estradas Vicinais no município de Tarauacá/AC em atendimento ao convênio nº 920151/2021 – SICONV celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e o município de Tarauacá - Acre**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	VALOR ESTIMADO
1	Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a Recuperação de Estradas Vicinais no município de Tarauacá/AC em atendimento ao convênio nº 920151/2021- SICONV celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e o município de Tarauacá - Acre	R\$ 3.853.916,08 Valor do Convênio

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa do Estudo Técnico Preliminar – Anexo I.

2. LOCAL DA OBRA


2.1. A obra consistirá na pavimentação do Ramal do Incra e o Ramal 07, com área total de 12.891,45 m², com as seguintes características principais: mobilização de máquinas e equipamentos, obras de arte correntes, terraplenagem, regularização do subleito, execução de base, imprimação com CM-30; pavimento com aplicação de CBUQ, sarjeta triangular de concreto, meio-fio com sarjeta de concreto, caiação do meio-fio, sinalização horizontal e vertical, aquisição de insumos e desmobilização de máquinas e equipamentos.

• Ramal do Incra – C = 1.494,12 m / L = 6,16 m.

• Área de concordância – A= 109,29 m².

• Ramal 07 – C = 547,56 m / L = 6,40 m.

• Área de concordância – A= 74,00 m²

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1 **Modalidade da Licitação:** Concorrência;
- 3.2 **Regime de Contratação:** Empreitada por Preço Unitário;
- 3.3 **Forma:** Eletrônica;
- 3.4 **Modo de Disputa:** aberto;
- 3.5 **Critério de julgamento:** Menor preço global;
- 3.6 **Tipo de Serviço:** Serviço Comum de Obras e Serviços de Engenharia;
- 3.7 **Tipo de Obra:** Pavimentação
- 3.8 **Data Base do Orçamento:** SINAPI – 09/2023.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O presente Projeto Básico consubstancia-se nas seguintes normas e demais legislações pertinentes, bem como pelas normas e condições estabelecidas no presente instrumento: O referido processo tem fundamento na Lei 14.133/2021 de 1ª de abril de 2021, o Decreto Municipal 129/2023 de 26/12/2023, Lei Complementar 123/2006, Lei nº. 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor e demais normas e legislação aplicável, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1 – Com base no Estudo Técnico Preliminar faz-se necessário para instrução de procedimento licitatório para Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de Recuperação de Estradas Vicinais no Município de Tarauacá/AC em atendimento ao Convênio no 920151/2021 celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e o município de Tarauacá - Acre.

5.2. O referido projeto é oriundo de solicitação da Prefeitura de Tarauacá junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

5.3. Desempenhando suas atribuições, a Prefeitura de Tarauacá, sendo responsável, entre outras, por gerir as políticas públicas, sociais e culturais do referido município, identificou a necessidade de recuperação das estradas, melhorando a infraestrutura e acesso aos moradores, trazendo melhoria na qualidade de vida de sua população em geral.


5.4- Deste modo, para garantir melhores condições de vida à população de Tarauacá, descreve-se a necessidade de Recuperação de Estradas Vicinais no Município de Tarauacá/AC em atendimento ao Convênio no 920151/2021 celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e o município de Tarauacá – Acre.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A descrição da solução com um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Projeto Básico.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 - Todos os serviços necessários para a execução da obra deverão ser executados conforme o prescrito nos projetos fornecidos, nas normas vigentes sobre cada assunto e nas orientações dos fabricantes dos materiais empregados na obra;

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 30 de 95

7.2 - Para a presente contratação foi elaborado projeto básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

7.3 - A metodologia executiva a ser adotada, deve estar de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

7.4 - O orçamento e o prazo de execução da obra, detalha os marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;

7.5 - A empresa contratada deve atender os normativos:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei Federal nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) RESOLUÇÃO CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;


7.6 – Subcontratação

7.6.1 - Será permitida a subcontratação parcial, sem prejuízo ao objeto da licitação, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da obra, conforme o artigo 122 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6.2 - A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica previstos no edital, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto, bem como conveniência da medida e necessidade técnica da subcontratação.

7.6.3 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, sendo passível, inclusive, de sanções administrativas por atos praticados pela Subcontratada.

7.7 - Garantia da contratação

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---


a. Da Garantia de Execução Contratual

I - Como garantia do fiel cumprimento das suas obrigações contratuais nos termos do art. 96 da Lei 14.133/2021, a contratada obriga-se a apresentar garantia de valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, para assinatura do Termo. A contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

1. Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública.
2. Carta de Fiança Bancária.
3. Seguro Garantia.

II - A garantia contratual deverá obedecer aos seguintes requisitos:

1. Deverá ser apresentada até a data de assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação.
2. O prazo de vigência da garantia contratual será igual ao período de vigência do contrato, acrescido de 12 (doze) meses, devendo ser tempestivamente renovada pela contratada se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.
3. A garantia contratual só será restituída ou liberada após o Recebimento Definitivo do(s) serviço(s).
4. A garantia contratual deverá acompanhar os eventuais ajustes do valor do contrato, devendo ser complementada pela contratada antes da celebração de aditivos contratuais, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.
5. A garantia contratual servirá também para assegurar a cobertura das eventuais multas contratuais aplicadas à contratada.
6. Para o licitante que se apresentar na forma de consórcio, a garantia da proposta poderá ser apresentada em nome de qualquer das consorciadas, assim como poderá o valor exigido ser atendido pela soma de garantias apresentadas por cada consorciada.
7. No caso de opção pela caução em dinheiro, a mesma deverá ser efetuada em conta de caução vinculada à Prefeitura Municipal de Tarauacá.
8. No caso de opção pela garantia em títulos da dívida pública, deverão tais títulos ser acompanhados de documento emitido pela SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL, no qual este atestará a sua validade, exequibilidade, taxa de atualização e avaliação de resgate.
9. Serão aceitos títulos da Dívida Pública, desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do SELIC - Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais. Devem, ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários, e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da empresa Contratada.
10. No caso de opção pela garantia na forma de “Carta de Fiança Bancária”, a mesma deverá ser emitida por banco localizado no Brasil, devidamente autorizado a operar no país pelo Banco Central do Brasil. Deverá ainda ser apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.
11. A carta de fiança deve ser fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:
 - Cópia autenticada do estatuto social do banco;
 - Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;


	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 32 de 95

- Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;
 - Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.
12. Se a modalidade escolhida for o Seguro Garantia, deverão ser obedecidos os seguintes critérios:
- A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da CERTIDÃO DE REGULARIDADE expedida pela SUSEP.
 - A apólice deve contemplar a cobertura para riscos Trabalhistas e Previdenciários.
 - A apólice deve prever a cobertura para multas contratuais impostas à contratada.
 - A apólice deverá estar assinada, com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.
 - A apólice deve observar as circulares nº. 232/2003, 251/2004, 255/2004 e 256/2004 da SUSEP e aquelas que porventura venham complementá-las ou substituí-las.
 - Para apólices com Importância Segurada superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), deve ser apresentado documento comprobatório do resseguro da apólice.
 - O seguro-garantia deverá ser livre de franquia.
13. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
- Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato.
 - Objeto a ser contratado, especificado neste Edital.
 - Nome e número do CNPJ do SEGURADO (Prefeitura Municipal de Tarauacá).
 - Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora).
 - Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).
14. As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar a Prefeitura Municipal de Tarauacá como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula.
15. Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, *pro rata tempore* pela fórmula estabelecida na minuta deste Contrato, atualizada a partir da data de recolhimento a Prefeitura Municipal de Tarauacá.
16. A perda da garantia em favor da Prefeitura Municipal de Tarauacá, em decorrência de rescisão unilateral do Contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato.
17. Na carta fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.
18. A garantia prestada por fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ser renovada anualmente.
19. É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias, nas garantias apresentadas na forma de fiança bancária ou seguro-garantia.
20. A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.

7.8 Vistoria

7.8.1 - As empresas interessadas, por meio de um representante, deverão contatar o (s) responsável (eis) da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN, entidade responsável pela fase interna da licitação, para efetuar a visita técnica ao local de execução dos serviços, de modo a constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, não podendo alegar, à posteriori, desconhecimento de qualquer fato.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 33 de 95

7.8.2. As visitas técnicas deverão ser agendadas com antecedência junto à Secretaria Municipal de Planejamento- SEPLAN, podendo a visita ocorrer em até 3 (três) dias úteis anterior à data da Sessão Pública de abertura das propostas.

7.8.3. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria no local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07h00 às 14h00, devendo o agendamento ser efetuado via e-mail : planejamentotarauaca@gmail.com e/ou setordelicitacoestk2@gmail.com ou na sede da Prefeitura Municipal de Tarauacá, situada na Rua Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395, Bairro Centro, Tarauacá/AC, CEP: 69.970.000. Na oportunidade da visita, os interessados poderão conhecer detalhadamente o local da obra, obtendo esclarecimentos, cópia de documentos, bem como poderão apresentar questionamentos; quando será fornecido pelo Município Atestado de Visita Técnica, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para a execução dos serviços.

7.8.4. **A visita não é obrigatória**, mas aquele que optar por não a realizar firmará, através de qualquer profissional designado pela licitante, termo de que tem ciência das condições para execução do serviço, assumindo expressamente as consequências do ato, e que não alegará posteriormente desconhecimento das informações e condições locais. O Município sugere que a declaração seja preenchida conforme modelo contido no anexo deste edital, entretanto, não será inabilitada a licitante que apresentar documento diverso, desde que contenha a manifestação de conhecimento das condições inerentes a realização do serviço.

7.8.5. A empresa participante deverá apresentar nos documentos de habilitação a vistoria que trata o item 7.8.1. ou a declaração de pleno conhecimento das instalações e demais que trata o item 7.8.4., sob pena de **INABILITAÇÃO**.

7.9 – Das Condições para Participação

7.9.1 - A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

7.9.2 - Poderão participar desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA os interessados que:


7.9.2.1 - Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

7.9.2.2 - Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

7.9.2.3 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.


7.9.2.4 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.9.2.5 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

7.9.3 - Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação

- 7.9.3.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 7.9.3.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela relacionados;
- 7.9.3.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 7.9.3.4 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 7.9.3.5 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 7.9.3.6 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 7.9.3.7 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 7.9.3.8 - tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;
- 7.9.3.9 - A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica
- 7.9.3.10 - estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado;**
- 7.9.3.11 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição
- 7.9.3.12 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 7.9.3.13 - Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 7.9.3.14 - O impedimento de que trata o **item 7.9.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página **35** de **95**

devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

7.9.3.15 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 7.9.2 e 7.9.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

7.9.3.16 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

7.9.3.17 - O disposto nos itens **7.9.2 e 7.9.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.9.3.18 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

7.10 - Da Participação De Consórcio

7.10.1 - Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, conforme preceitua o regramento do artigo 15 da Lei 14.133/2021.

7.10.2 - Para fins de habilitação, deverá ser apresentado o compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, atendidas as condições previstas na Lei 14.133/2021 e aquelas estabelecidas no Edital.

7.10.3 Ficam vedadas a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma EMPRESA, ou em mais de um consórcio.

7.10.4 A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.


7.10.5 - As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos no Edital, Compromisso de Constituição do Consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a EMPRESA líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio.

7.10.6 - O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.

7.10.7 - Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo quando expressamente autorizado pela Administração Pública.

7.10.8 - Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.

7.10.9 - Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente da licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das EMPRESAS. O Contrato de consórcio deverá

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 36 de 95

observar, além dos dispositivos legais e cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital.

7.10.10 - Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, notadamente as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e apresentar as declarações exigidas no edital.

7.10.11 - Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências de qualificação econômico-financeira, salvo a comprovação de patrimônio líquido mínimo, que poderá ser atendida pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

7.10.12 - A comprovação das capacidades técnico-profissional e técnico-operacional exigidas no poderá ser efetuada, no todo ou parte, por qualquer uma das consorciadas, permitido o somatório.

7.10.13 - No caso de composição de consórcio que integre a participação de microempresas ou empresas de pequeno porte não será admitido para fins de usufruto das benesses previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme Art. 4º §1º, inc. II da Lei 14.133/2021.

7.10 - Da Participação De Cooperativas

7.10.1 - Não se aplica.

8- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Condições de execução

8.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica;

8.1.2. Início da execução do objeto: O prazo de execução da referida obra será de 90 (noventa) dias, corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou a assinatura do contrato. A Contratada deve obrigatoriamente apresentar um cronograma físico-financeiro, e este antes da ordem de serviço, deve ser aprovado pela Prefeitura Municipal de Tarauacá- AC


8.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato.

8.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato conforme o disposto no Art. 111, da Lei 14.133/2021.

9- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 37 de 95

9.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.4 - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.5 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.6 - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.7 - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.8 - Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.9 - A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.10 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.11 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.12 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.


9.13 - Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

9.14 - Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9.15 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10 - FISCALIZAÇÃO

10.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 38 de 95

10.2 - A execução do objeto contratado será supervisionada e acompanhada pela Assessoria Técnica da Engenharia da Prefeitura Municipal de Tarauacá; A gestão do contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Obra e Serviços Urbanos.

10.3 - A execução, acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços serão de responsabilidade de servidor indicado pelo Gabinete do Secretário na condição de representante da Prefeitura Municipal de Tarauacá, o qual serão nomeados **‘gestor do contrato’** e **“fiscal do contrato”**, em conformidade com o art. 7 da Lei nº 14.133/2021, tendo como atribuições mínimas:

10.3.1 Acompanhar a execução físico-financeira do contrato;

10.3.2 Atestar os documentos da despesa quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento, bem como apresentação de relatório de acompanhamento e execução em conformidade com o objeto que será contratado;

10.3.3 Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;

10.3.4 Requerer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao setor competente, as prorrogações e aditivos, se necessário e devidamente justificado;

10.3.5 Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;

10.3.6 Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos;

10.3.7 Recusar serviço irregular, diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos;

10.4 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;


10.5 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

10.6 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

10.7 - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

10.8 - Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

10.9 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração devidamente designados nos termos do art. 117, da lei 14.133/21, tendo suas Portarias de nomeação publicadas no Diário Oficial do Estado do Acre (DOE/AC).

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

11 - FISCALIZAÇÃO TÉCNICA


- 11.1 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 11.2 - O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II)
- 11.3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 11.4 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 11.5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 11.6 - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

12 - FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 12.1 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

13 - GESTOR DO CONTRATO

- 13.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 13.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 13.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 13.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado,

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 40 de 95

com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

13.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

13.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

13.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1 - Avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento o Boletim de Medição e seus anexos (relatório fotográfico e memória de cálculo);

14.2 - A avaliação da execução do objeto utilizará o Boletim de Medição e seus anexos (relatório fotográfico e memória de cálculo);

14.3 - As medições dos serviços executados serão efetivadas, preferencialmente, no final de cada período mensal, tomando-se como final do período o último dia de cada mês. Todavia a primeira medição poderá ser realizada após a expedição da Ordem de Serviço no final do mês em curso, e a última medição, após a conclusão dos serviços, independente do período mensal.

14.4 - As medições mensais dos serviços executados serão efetivadas pelo Setor Técnico de Engenharia da Prefeitura Municipal de Tarauacá, responsável pela fiscalização.

14.5 - Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira medição e a última medição (Medição Final).

14.6 - A medição final, bem como o Termo de Recebimento dos serviços serão elaborados pelo Setor Técnico de Engenharia da Prefeitura de Tarauacá e pelo Secretário titular da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos quando concluídos todos os serviços.


14.7 - As medições acompanhadas de cronograma físico-financeiro devidamente atualizados, deverão ser encaminhadas pelo Eng.º Fiscal à Secretaria que será nomeado antes da emissão da OS.

14.8 - No processo de medição ou na prestação de contas, conforme for o caso, deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada pelo respectivo município de prestação do serviço que no presente caso é a cidade de Tarauacá-AC.

14.9 - O cronograma físico-financeiro, poderá ser alterado mediante aprovação da fiscalização do Setor Técnico de Engenharia da Prefeitura Municipal Tarauacá após anuência expressa da direção-geral da Prefeitura Municipal de Tarauacá;

14.10 - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que contratada:


- a) Não produzir os resultados acordados;
- b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com quantidade inferior à demanda;

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

- d) A utilização do Boletim de Medição não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços.

15. DO RECEBIMENTO

- 15.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 15.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 15.3. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 15.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 15.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 15.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 15.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 15.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 15.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 15.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 15.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 15.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).
- 15.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 15.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUAÇÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 42 de 95

15.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

a. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

15.17. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.18. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.19. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.20. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

15.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

15.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.


15.24. Independentemente da vigência do contrato, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

16.- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

16.2.- Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.2.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando - se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

16.5.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.


16.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

16.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.9. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

16.10. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 44 de 95

16.11. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.14. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

16.14.1. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.14.2. Poderá o Contratante, após efetuar a análise das Notas Fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente.

16.14.3. Neste caso, a Contratada será informada das razões que motivaram a recusa dos valores.

16.14.4. A Contratada poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

16.14.5. Caso a Contratada não apresente impugnação à glosa pretendida, ou caso o Contratante não acolha as razões da impugnação, os valores da glosa serão deduzidos da respectiva Nota Fiscal.

16.14.6. O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela Contratada, bem como em decorrência de atrasos no recolhimento de multas eventualmente aplicadas.


16.14.7. O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

16.15. Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, após o vencimento da fatura, observado o prazo de 02 (dois) meses previsto no Art. 137, §2º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a responsabilidade da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se dará desde a data de seu vencimento até a data de seu efetivo pagamento, em que a mora será calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) = I = (6/100) \quad I = 0,00016438$$

$$365 \quad 365$$

EM = I x N x VP, onde:

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

VP = Valor da parcela em atraso

16.16. Eventual renúncia expressa a reajuste deverá especificar o prazo e a parcela do objeto do Contrato submetidos à renúncia.

16.17. Para o pagamento deve ser apresentada a seguinte documentação.

- a) Requerimento da empresa;
- b) ART's – Execução (somente na 1ª medição) do mesmo responsável técnico que participou do processo de licitação; ou com habilitação e acervo técnico igual ou superior àquele apresentado no certame licitatório – em caso de alteração do profissional responsável pela Empresa;
- c) Boletim de medição (espelho da medição);
- d) Memória de cálculo da medição;
- e) Relatório fotográfico impresso, ou em mídia digital;
- f) Via do Diário de Obras do respectivo período de medição;
- g) PCMAT – Ministério do trabalho e Emprego (com 20 trabalhadores ou mais, contemplando as exigências contidas na NR 9 – programa de Prevenção e Riscos Ambientais); PPRA – Para as empresas com menos de 20 funcionários, acompanhado das respectivas ART's dos responsáveis;
- h) PCMSO e LACAT, quando for o caso, acompanhado das respectivas ART's dos responsáveis;
- i) Certidão Negativa de Débitos com o INSS – para ingresso da solicitação da última medição; Baixa da matrícula da CEI – Cadastro do INSS (última medição) ou em até 90 dias da expedição do Termo de Recebimento Provisório;
- j) Certidões de regularidade fiscal; (federal, estadual e municipal);
- k) As Built e Termo de Habite-se (na última medição);

17. - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO


17.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo *menor preço global*, e regime de execução empreitada por preço unitário.

Exigências de Habilitação

17.2 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

17.3 - Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual; e/ou

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 46 de 95

17.4 Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada, em se tratando de sociedade empresária;

17.5 Termo de Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (quando houver a participação através de consórcio).

17.6 Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

17.7 Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

17.8 Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.9 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

17.10 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

17.11 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

17.12 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

17.13 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

17.14 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;


17.15 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

17.16 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual e municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

17.17 Declarações:

17.17.1 - Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme Modelo constante no Anexo V deste edital, (Fundamento: Art. 68, VI – documento relativo a habilitação fiscal, social e trabalhista);

17.17.2 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Declaração de Visita), conforme modelo constata no Anexo IV deste edital, (Fundamento: art. 67, inciso VI

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

c/c § 2º e § 3º do art. 63 da Lei 14.133/2021 - documento relativo à qualificação técnica).

Qualificação Econômico-Financeira

17.18 - Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

a.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

17.18.1 - O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).


Qualificação Técnica

17.18 - A qualificação técnica da licitante será comprovada mediante apresentação dos documentos abaixo relacionados, os quais **DEVERÃO SER APRESENTADOS JUNTO COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, no ato do certame:

- a) Registro ou inscrição da empresa licitante e do(s) profissional(is): Engenheiro Civil ou Técnico Equivalente, na entidade profissional competente. Para o licitante vencedor da licitação, caso não seja do Acre, por ocasião da assinatura do contrato será exigido o visto da entidade profissional competente.

a.1) Caso o registro ou inscrição do(s) profissional(ais) acima esteja(m) no descritos no na entidade profissional da licitante, não há a necessidade de apresentar o registro ou inscrição individual(ais) desse(s) profissional(ais).

- b) Para fins de **habilitação técnico-profissional**: comprovação de que os profissionais indicados pela empresa na data da licitação terem executado, a qualquer tempo, obras/serviços de características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão de acervo técnico CAT e/ou atestado(s), em nome do próprio Responsável Técnico, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **devidamente certificados pela entidade profissional competente**, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas **conforme constante a seguir**:

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL	Processo Nº. 1.940/2024 Folha Nº: _____ Rubrica: _____
---	---	--

Página 48 de 95

Item	Discriminação	Unid.
4.4	Compactação de Aterros a 100% do proctor normal	M³
5.1	Regularização do Subleito	M²
5.4	Imprimação com asfalto diluído	M²
5.5	Concreto asfáltico – faixa c -areia e brita comerciais	T
6.1	Sarjeta Triangular de concreto – stc 150-32 moldada no local com formas e concreto usinado com betoneira – escavação mecânica	M

b.1) A comprovação de vínculo profissional se fará:


- a) por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou;
- b) por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social acompanhada de cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da licitante, ou
- c) declaração de disponibilidade e futura contratação do profissional assinada pelo responsável da empresa licitante e pelo próprio profissional ou;
- d) Comprovação de registro como responsável técnico pela empresa licitante junto à entidade competente ou;
- e) por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário.

c) Para fins de habilitação técnico-operacional.

c.1) A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo; **ou**.

c.2) **Certidão(ões) de Acervo Técnico com registro de atestado**, devidamente certificados pela entidade profissional competente, desde que esta identifique como CONTRATADA a própria licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo:

Item	Discriminação	Unid.	Quant.
4.4	Compactação de Aterros a 100% do proctor normal	M³	1.245,2

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL	Processo Nº. 1.940/2024 Folha Nº: _____ Rubrica: _____
---	---	--

Página 49 de 95

5.1	Regularização do Subleito	M²	7.303,3
5.4	Imprimação com asfalto diluido	M²	6.445,7
5.5	Concreto asfáltico – faixa c -areia e brita comerciais	T	773,5
6.1	Sarjeta Triangular de concreto – stc 150-32 moldada no local com formas e concreto usinado com betoneira – escavação mecânica	M	1.510,00

Obs.: Para melhor entendimento das unidades de medida e discriminação dos serviços, poderá ser consultado o **Anexo IV - planilhas orçamentárias.**

d) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

e) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

f) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.


g) O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. A comprovação de vínculo profissional se fará:

- a) Por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou;
- b) Por meio de cópia autenticada da CTPS – carteira de trabalho e previdência social acompanhada de cópia do registro de empregados, no caso de empregado da licitante, ou;
- c) Por meio do contrato social da empresa ou certidão de pessoa jurídica do conselho regional de engenharia e agronomia - CREA ou conselho regional de arquitetura e urbanismo - CAU, para o sócio ou proprietário; ou
- d) Declaração de contratação futura com anuência do futuro contratado.

Relação De Equipe Técnica Mínima

a) A licitante deverá por meio de declaração formal (anexo VII), informar que disporá da seguinte relação de equipe técnica mínima:

Quant.	Discriminação
01	Engenheiro Civil ou Arquiteto

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL	Processo Nº. 1.940/2024 Folha Nº: _____ Rubrica: _____
---	---	--

Página 50 de 95

02	Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Técnico equivalente.
----	---

18. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. 18.1 - O valor de referência para aplicação de maior desconto corresponde a **3.853.916,08** (Três Milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, novecentos e dezesseis reais e oito centavos).

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Convênio nº 920151/2021 SICONV e Recursos Próprios.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Entidade: 01 – Prefeitura Municipal de Tarauacá Órgão: 11 – Secretaria Mun. De Obras e Serv. Urbanos Unidade: 01 – Gabinete da Secretaria Mun. De Obras e Serviços Urbanos Proj./Ativ.: 2.049 – Abertura, conservação e manutenção de estradas vicinais Elemento de Despesa: 44.90.51 – Obras e instalações Fonte: 700 CONV – R\$ 3.828.065,00 500 RP – R\$ 25.851,08

20. DA PROPOSTA DE PREÇOS

20.1 A proposta de preços (PP) é aquela em que consta o valor global, proposto pela empresa Licitante, para execução dos serviços relacionados no Resumo do conforme ANEXO III deste documento.

20.2 - Os preços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.


20.3 Ao oferecer sua proposta, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio de sua proposta, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.

20.4 A validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do certame.

20.5 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Tarauacá.

20.6 O Licitante deverá apresentar conjuntamente com a sua proposta de preços, sob pena de desclassificação, os seguintes Planilhas: Composição de Custo Horário de Serviços, Composição de Custo Horário de Equipamentos, Composição de Encargos Sociais e de Bonificação de Despesas Indiretas.

21 DA CLASSIFICAÇÃO DOS LICITANTES

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 51 de 95

21.1 - A classificação das LICITANTES far-se-á em ordem crescente dos valores, sendo declarada vencedora a LICITANTE cuja proposta atenda a todas as exigências editalícias e que ofertar o menor preço. Será desclassificada a proposta cujo preço for superior ao orçado pela Administração.

22 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

22.1 - A parcela dos preços contratuais, somente será reajustada nos termos do disposto no art. 124, I, da lei nº 14/133/2021.

22.2 - Para fins de reajustamento de preços em contratos administrativos, estes estarão vinculados ao transcurso de prazo de 01 (um) ano, a contar da data-base do orçamento.

22.3 - Decorrido 01 (um) ano da data-base do orçamento, o reajuste será realizado de acordo com o Índice Nacional de construção Civil – INCC, na hipótese de o serviço não possuir variação por outro índice setorial. SINAPI.

22.4 - O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida abaixo.

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

I_0 = Índice de preço verificado no mês do orçamento

I_1 = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado

22.5 – Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA conforme Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.

22.5.1 - Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, os PREÇOS contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem 8.5 deste Termo, obedecendo-se os seguintes critérios:


22.5.2 - Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma Físico-Financeiro.

22.5.3 - Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.

22.5.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

22.5.5 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.5.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 52 de 95

22.6. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido. A análise dos fundamentos de fato e de direito do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o fiscal do contrato poderá solicitar apoio técnico ao gestor do contrato.

22.6.1. Analisado o pedido e verificada a real alteração do custo suportado pelo contratado, o fiscal do contrato se manifestará pela procedência total ou parcial do pedido, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

22.6.2. Quando o fiscal se manifestar pela procedência do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral para manifestação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Após manifestação, a Procuradoria-Geral enviará o pedido para gestor do contrato que julgará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

22.7 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

22.8 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

22.9 - O reajuste será realizado por apostilamento.

23 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1 - A empresa CONTRATADA ficará obrigada a executar os serviços com os mesmos padrões e especificações daquelas constantes neste Projeto Básico e seus anexos, sob pena de não aceitação dos mesmos.


23.2 - A empresa CONTRATADA fornecerá a Prefeitura Municipal de Tarauacá todas às informações relacionadas ao serviço executado e disponibilizará todos os meios necessários à comprovação da qualidade;

23.3 - A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto para atendimento às exigências da Fiscalização da CONTRATANTE;

23.4 Todas as atividades deverão ser executadas por empregados devidamente qualificados para a prestação dos serviços demandados;

23.5 Os serviços contratados deverão ser executados sob exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA, em consonância com as cláusulas e condições do objeto a ser executado, além das obrigações previstas no Anexo I – Termo de Referência, incluindo todos os ônus relativos a:

- I. Direção, controle geral e responsabilidade técnica da obra;
- II. Engajamento de mão-de-obra, especializada e/ou não, para o bom desempenho e qualidade da obra;
- III. Fornecimento dos materiais necessários para execução da obra, de acordo com as especificações do CONTRATANTE;
- IV. Seguro de acidente de trabalho e a Previdência Social da aludida mão-de-obra;
- V. Responsabilidade civil por danos pessoais ou materiais causados ao Estado, ou a terceiros, na execução desses serviços, exonerando expressamente o CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades ou ônus, diretos ou indiretos, pelos ressarcimentos ou indenizações devidas;

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 53 de 95

- VI. Pagamento das contribuições devidas ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, salários, férias, indenizações trabalhistas e todas e quaisquer outras obrigações legais, relativas à mão-de-obra engajada;
- VII. Obtenção de licenças e alvará perante as repartições competentes, bem como, pagamento de todos os impostos que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o presente contrato e seus eventuais aditivos;
- VIII. Seguir as normas de segurança e medicina do trabalho.

23.6 - A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive a promoção de adequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado será da empresa CONTRATADA;

23.7 - Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa prevista no Termo Contratual;

23.8 - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA;

23.9 - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

23.10 - A CONTRATADA deve conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo;

23.11 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23.12 - A CONTRATADA terá a obrigação de cumprir as exigências de reserva de cargos previstos em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz, conforme Art. 92, inc. XVII da Lei 14.133/2021.

23.13 - É estritamente necessária a apresentação das ART'S referentes aos serviços da obra, antes do início dos serviços. Ela deve estar devidamente carimbada pelo órgão responsável e deve ser mantida no canteiro de obras durante todo o período de execução dos serviços, a fim de estar sempre disponível para a Fiscalização.

23.14 - Manter à disposição da fiscalização, nos locais dos serviços e apresentar sempre que exigidos, os seguintes elementos:

b.1) Livro de ocorrência diária;


b.2) Projetos e/ ou discriminações técnicas;

b.3) Registro das alterações realizadas;

b.4) Cópia do registro da ART junto ao CREA/AC, e demais documentos relativos à segurança dos serviços e exigências municipais

23.14 Cabe à Contratada as despesas relativas às leis sociais, seguros, vigilância, transporte, alojamento e alimentação do pessoal, durante todo o período da obra.

23.15 - Manter no local da obra engenheiro responsável, encarregado geral e demais elementos

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

necessários à perfeita execução dos serviços;

23.16 - Colocar placas indicativas no local onde será realizado os serviços, conforme legislação vigente;

23.17 - Manter diário de obra atualizado à disposição da fiscalização;

23.18 - Providenciar a remoção de entulhos e detritos acumulados no local da obra durante toda a execução e até final, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificar vício, defeito ou incorreção resultante da execução ou do material empregado.

23.19 Remover as instalações provisórias da obra, ao seu término;


23.20. Ao final da obra, a CONTRATADA será obrigada (Espec. Técnica, item 2.7, pg. 04) a apresentação da guia de recolhimento das obrigações com o INSS, como também, os documentos relacionados à obra:

- Certidão Negativa de Débitos do INSS;
- Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS;
- Certidão de Quitação do ISS, referente ao contrato.

24 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

24.1. Além das estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como neste contrato, constituem obrigações da contratante:

- a. Emitir ordens de início e de paralisação dos serviços.
- b. Liberar as áreas destinadas ao serviço.
- c. Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro.
- d. Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos.
- e. Pagar as faturas emitidas pela CONTRATADA, que forem regularmente liquidadas.
- f. Notificar a contratada de qualquer irregularidade detectada na execução do contrato e no caso de não regularização, processar a rescisão, e/ou, ser for o caso, executar a garantia de execução e/ou aplicar as sanções previstas neste edital e em legislação pertinente.
- g. Emitir os Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo nos prazos e condições estipuladas no Edital e neste Contrato.
- h. Rejeitar os serviços executadas em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou com imperfeição, presentes as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis.
- i. Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da FISCALIZAÇÃO/CONTRATANTE, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas.
- j. Solicitar que a CONTRATADA, quando comunicada, afaste o empregado ou contratado que não esteja cumprindo fielmente o presente Contrato.
- k. Fornecer, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos "Documentos Técnicos" e colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 55 de 95

- l.** Garantir o acesso da CONTRATADA e de seus prepostos a todas as informações relativas à execução dos serviços.
- m.** Obter, tempestivamente, as licenças ou autorizações, quando de sua competência, junto a outros órgãos/entidades, necessárias à execução dos serviços contratados.

24.2 - Designar a gestão do contrato e a fiscalização da obra junto à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Mediante a contratação dos serviços, a Prefeitura Municipal Tarauacá se obriga a:

- a.** Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas no Edital;
- b.** Promover através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- c.** Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- d.** Informar à Contratada toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, objetivando medidas corretivas por parte da Contratada;

24.3 Obrigatoriamente deverão ser promovidas as consultas ao CEIS, CNEP, SICAF e ao CNJ, por ocasião da celebração de contrato, devendo ser excluídas do procedimento as pessoas físicas ou jurídicas neles inscritas ou tomadas às necessárias providências para tornar efetivas as vedações determinadas;

24.4 Realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

25 DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

25.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão durante o certame;

25.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:


- 25.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 25.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 25.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 25.1.2.4. Deixar de apresentar amostra (quando for o caso);
- 25.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

25.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

25.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

25.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

25.1.5. Fraudar a licitação;

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL	Processo Nº. 1.940/2024 Folha Nº: _____ Rubrica: _____
---	---	--

Página 56 de 95

25.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 25.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 25.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 25.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 25.1.6.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ;
- 25.1.6.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

25.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 25.2.1. Advertência;
- 25.2.2. Multa;
- 25.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
- 25.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

25.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 25.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 25.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 25.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 25.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- 25.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial.


- 25.4.1. Para as infrações previstas nos itens 25.1.1, 25.1.2 e 25.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 25.4.2. Para as infrações previstas nos itens 25.1.4, 25.1.5, 25.1.6, 25.1.7 e 25.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

25.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

25.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

25.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 27.1.1, 27.1.2 e 27.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

25.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 25.1.4, 25.1.5, 25.1.6, 25.1.7 e 25.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 25.1.1, 25.1.2 e 25.1.3 que

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 57 de 95

justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

25.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

25.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

25.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

25.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

25.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

25.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.


26 DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

26.1 - A inexecução total ou parcial do contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará à CONTRATANTE a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas no Art. 137 e 138 da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

DOS MOTIVOS

26.2 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 58 de 95

- V. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX. cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

26.3 -O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

26.4 A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

26.5 Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

26.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- I. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

27 DO RECEBIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS


27.1 - Após a conclusão dos serviços contratados, a CONTRATADA, mediante requerimento ao dirigente do CONTRATANTE, poderá solicitar o recebimento dos mesmos.

27.2 - Os serviços concluídos poderão ser recebidos PROVISORIAMENTE, a critério do CONTRATANTE pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

27.3 O termo circunstanciado citado no item anterior deve, quando:

- a) os serviços estiverem EM CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, explicitar esse fato no texto, que deverá ser datado e assinado pelo responsável pelo recebimento.
- b) os serviços apresentarem NÃO CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, relacionar os serviços desconformes, explicando as razões das inconsistências, dando prazos para correção, que não poderão ser superiores a 90 dias.

27.4 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 59 de 95

resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

27.5 Para o recebimento DEFINITIVO dos serviços, o dirigente do órgão CONTRATANTE designará servidor ou comissão com no mínimo 02 (Dois) técnicos, que vistoriará os serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

27.6 O RECEBIMENTO DEFINITIVO deverá ocorrer em no máximo 90 (noventa) dias, contados a partir do decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos desse contrato.

27.7 A assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO não exime a CONTRATADA das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor e por este Contrato, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos de garantia e responsabilidade previstos em lei, se outro prazo não for estipulado neste Contrato.


27.8 A assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, cuja data fixa o início dos prazos previstos no artigo 618, do Código Civil não exime a CONTRATADA das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor e por este Contrato, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos de garantia e responsabilidade previstos em lei, se outro prazo não for estipulado neste Contrato.

27.9 Após a assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, a garantia prestada pela CONTRATADA será liberada e se em dinheiro, corrigida monetariamente, conforme procedimentos descritos na cláusula deste Contrato que trata de garantias.

28 DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

28.1 - A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto da contratação.

- a) A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.
- b) A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício de suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- c) A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- d) A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- e) A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros, durante o cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 60 de 95

- f) A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- g) A Contratada não será permitida deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual.
- h) A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- i) A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de perda parcial ou total da informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- j) A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda parcial ou total da informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- k) A Contratada que descumprir os termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto deste instrumento contratual, fica obrigado a assumir total responsabilidade e o ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo ocorrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- l) A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com a Contratante, para os assuntos relacionados à Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.
- m) O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e o Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços, sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial em contrário.

28.2 - O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüentemente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.


29 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

29.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

29.2 - A contratada é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).;

29.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

30 - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 61 de 95

30.1 - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no presente contrato.

30.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

30.3 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:


- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas

30.4 - Em caso algum a Administração Pública pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista Previdenciária, Fiscal e Comercial, bem como aqueles resultantes de atos ilícitos praticados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros.

31 – DA NULIDADE DO CONTRATO

31.1 - Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

- I - impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- II - riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- III - motivação social e ambiental do contrato;
- IV - custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- V - despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
- VI - despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- VII - medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;
- VIII - custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;
- IX - fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;
- X - custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;
- XI - custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 62 de 95

31.1.1 - Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

31.2 - A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei n 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

31.2.1 - Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

31.2.2 - Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

31.3 - A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

31.4 - Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

32. DAS CONDIÇÕES GERAIS

32.1 - A empresa deverá registrar a Responsabilidade Técnica do acompanhamento da obra no CREA/AC ou CAU/AC, discriminando no campo destinado a Descrição dos Serviços, as atividades pelas quais o profissional é responsável.

32.2 - A CONTRATADA deverá efetuar o registro do contrato no CREA/AC ou CAU/AC.


32.3 - As despesas de qualquer registro no CREA/AC ou CAU/AC e em outros órgãos necessários a regularidade da execução do objeto deste Projeto Básico, correrão por conta da CONTRATADA.

32.4 - A Implantação da obra objeto deste Projeto Básico pela CONTRATADA será realizada em conformidade com as normas em vigor e deverá estar registrada no CREA/AC ou CAU/AC.

35.6 - A Prefeitura Municipal de Tarauacá emitirá a Ordem de Serviço 01 (OS 1) para execução dos trabalhos à CONTRATADA, logo após a assinatura do Contrato num prazo máximo de 10 dias, cujos serviços deverão ser iniciados imediatamente para cumprimento dos prazos estipulados neste Projeto Básico.

36 DAS ASSINATURAS

36.1 - O presente Projeto Básico foi elaborado com base no Volume Único – Relatório de Projeto, Orçamento e Detalhamento Gráfico, apresentado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página **63** de **95**

36.2 Declaro que as informações constantes deste documento foram elaboradas por esta Secretaria, de acordo com as definições da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

37. DA APROVAÇÃO

37.1 A vista do que consta nos autos e considerando que o Volume Único – Relatório de Projeto, Orçamento e Detalhamento Gráfico, atende aos requisitos mínimos da legislação em vigor, e ainda, que o Projeto Básico foi elaborado em obediência às normas pertinentes e revisadas pela área competente, estou de acordo com as informações prestadas no documento, razão pela qual aprovo e autorizo seu encaminhamento à Comissão de Contratação para abertura do procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica, sob regime de execução de empreitada por preço unitário.

38 DO FORO

38.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Tarauacá/ Acre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste Instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


Tarauacá - AC, 10 de maio de 2024.

Elaborado Por:

Ana Caroline Porcel Ribeiro Maia
Assessora Técnica em Engenharia - SEPLAN
Portaria nº 488/2023

Aprovado Por:

Antônio Rosenir Silva Arcenio
Secretário de Obras e Serviços Urbanos
DECRETO Nº 022/2023

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 64 de 95

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

Processo nº XXXXXXXX/2024

CONCORRÊNCIA Nº _____

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TARAUCÁ/AC EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 920151/2021 – SICONV CELEBRADO ENTRE O CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O MUNICÍPIO DE TARAUCÁ - ACRE, E A PESSOA JURÍDICA XXXXXXXXXXXXX.


O MUNICÍPIO DE TARAUCÁ / PREFEITURA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 34.693.564/0001-79, pessoa jurídica de direito público com sede estabelecida na Rua Cel. Juvêncio de Menezes, Nº 395, bairro: centro, CEP: 69.970 - 000 em Tarauacá/AC, neste ato representada pela a senhora Maria Lucinéia Nery de Lima Menezes - Prefeita, brasileira, casada portadora da Carteira de Identidade n.º XXXXXX SSP/AC e CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliada em Tarauacá/Acre doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, e a pessoa jurídica **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXX, nº XXX, bairro: XXXXX – cidade: XXXXXX, neste ato representada pelo Senhor XXXXXXXX, portador do CPF nº XXXXXXXX e RG nº XXXXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade de XXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, RESOLVEM celebrar o presente contrato, decorrente da concorrência, do tipo menor preço, em empreitada por preço unitário, pactuam o presente **CONTRATO** em conformidade com o que dispõe o Decreto Municipal nº 129/2023, a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a Recuperação de Estradas Vicinais no município de Tarauacá/AC em atendimento ao convênio nº 920151/2021 – SICONV celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e o município de Tarauacá - Acre**, nas condições estabelecidas no Projeto Básico.

1.2 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Projeto Básico;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

- Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- O regime de execução é de Empreitada por Preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato conforme o disposto no Art. 111, da Lei 14.133/2021.

DA EFICÁCIA

2.3 - A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre e Diário Oficial da União.

2.4 - A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

2.5 - No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.


CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E LOCAL DA OBRA

3.1 - O prazo de execução da referida obra será de 90 (noventa) dias, corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou a assinatura do contrato. A Contratada deve obrigatoriamente apresentar um cronograma físico-financeiro, e este antes da ordem de serviço, deve ser aprovado pela Prefeitura Municipal de Tarauacá- AC.

3.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato.

3.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato conforme o disposto no Art. 111, da Lei 14.133/2021.

3.4 – Do Local: A obra consistirá na pavimentação do Ramal do Incra e o Ramal 07, com área total de 12.891,45 m², com as seguintes características principais: mobilização de máquinas e equipamentos, obras de arte correntes, terraplenagem, regularização do subleito, execução de base, imprimação com CM-30; pavimento com aplicação de CBUQ, sarjeta triangular de concreto, meio-fio com sarjeta de concreto, caiação do meio-fio, sinalização horizontal e vertical, aquisição de insumos e desmobilização de máquinas e equipamentos.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

CLÁUSULA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

4.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

4.4 - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

4.5 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

4.6 - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

4.7 - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).


4.8 - Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

4.9 - A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

4.10 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

4.12 - Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

4.13 - Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

4.14 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

4.15 - A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

4.16 - A PREFEITURA poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade;

FISCALIZAÇÃO

4.17 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

4.18 - A execução do objeto contratado será supervisionada e acompanhada pela Assessoria Técnica da Engenharia da Prefeitura Municipal de Tarauacá; A gestão do contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Obra e Serviços Urbanos.

4.19 - A execução, acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços serão de responsabilidade de servidor indicado pelo Gabinete do Secretário na condição de representante da Prefeitura Municipal de Tarauacá, o qual serão nomeados **“gestor do contrato”** e **“fiscal do contrato”**, em conformidade com o art. 7 da Lei nº 14.133/2021, tendo como atribuições mínimas:

4.19.1 Acompanhar a execução físico-financeira do contrato;

4.19.2 Atestar os documentos da despesa quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento, bem como apresentação de relatório de acompanhamento e execução em conformidade com o objeto que será contratado;

4.19.3 Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;


4.19.4 Requerer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao setor competente, as prorrogações e aditivos, se necessário e devidamente justificado;

4.19.5 Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;

4.19.6 Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos;

4.19.7 Recusar serviço irregular, diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos;

4.20 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 68 de 95

4.21 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

4.22 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

4.23 - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

4.24 - Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.25 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração devidamente designados nos termos do art. 117, da lei 14.133/21, tendo suas Portarias de nomeação publicadas no Diário Oficial do Estado do Acre (DOE/AC).

GESTOR DO CONTRATO


4.26. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

4.27. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

4.28 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

4.29. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

4.30. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 69 de 95

4.31. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

4.32. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 - Será permitida a subcontratação parcial, sem prejuízo ao objeto da licitação, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da obra, conforme o artigo 122 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 - A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica previstos no edital, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto, bem como conveniência da medida e necessidade técnica da subcontratação.

5.3 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, sendo passível, inclusive, de sanções administrativas por atos praticados pela Subcontratada.

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO


6.1 - O valor total do presente contrato é de R\$ _____, já incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas que sejam pertinentes ao objeto contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO

7.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.2.- Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 70 de 95

7.2.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando - se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

7.5.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.


7.9. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.10. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

7.11. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página **71** de **95**

7.14. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

7.14.1. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.14.2. Poderá o Contratante, após efetuar a análise das Notas Fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente.

7.14.3. Neste caso, a Contratada será informada das razões que motivaram a recusa dos valores.

7.14.4. A Contratada poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

7.14.5. Caso a Contratada não apresente impugnação à glosa pretendida, ou caso o Contratante não acolha as razões da impugnação, os valores da glosa serão deduzidos da respectiva Nota Fiscal.

7.14.6. O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela Contratada, bem como em decorrência de atrasos no recolhimento de multas eventualmente aplicadas.

7.14.7. O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

7.15. Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, após o vencimento da fatura, observado o prazo de 02 (dois) meses previsto no Art. 137, §2º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a responsabilidade da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se dará desde a data de seu vencimento até a data de seu efetivo pagamento, em que a mora será calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \times \frac{365}{365} \times I = 0,00016438$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

EM = Encargos moratórios;


I = Índice de atualização financeira;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

VP = Valor da parcela em atraso

7.16. Eventual renúncia expressa a reajuste deverá especificar o prazo e a parcela do objeto do Contrato submetidos à renúncia.

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL	Processo Nº. 1.940/2024 Folha Nº: _____ Rubrica: _____
---	--	--

7.17 Para o pagamento deve ser apresentada a seguinte documentação.

- i) Requerimento da empresa;
- j) ART's – Execução (somente na 1ª medição) do mesmo responsável técnico que participou do processo de licitação; ou com habilitação e acervo técnico igual ou superior àquele apresentado no certame licitatório – em caso de alteração do profissional responsável pela Empresa;
- k) Boletim de medição (espelho da medição);
- l) Memória de cálculo da medição;
- m) Relatório fotográfico impresso, ou em mídia digital;
- n) Via do Diário de Obras do respectivo período de medição;
- o) PCMAT – Ministério do trabalho e Emprego (com 20 trabalhadores ou mais, contemplando as exigências contidas na NR 9 – programa de Prevenção e Riscos Ambientais); PPRA – Para as empresas com menos de 20 funcionários, acompanhado das respectivas ART's dos responsáveis;
- p) PCMSO e LACAT, quando for o caso, acompanhado das respectivas ART's dos responsáveis;
- q) Certidão Negativa de Débitos com o INSS – para ingresso da solicitação da última medição; Baixa da matrícula da CEI – Cadastro do INSS (última medição) ou em até 90 dias da expedição do Termo de Recebimento Provisório;
- r) Certidões de regularidade fiscal; (federal, estadual e municipal);
- s) As Built e Termo de Habite-se (na última medição);

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1 - A parcela dos preços contratuais, somente será reajustada nos termos do disposto no art. 124, I, da lei nº 14/133/2021.

8.2 - Para fins de reajustamento de preços em contratos administrativos, estes estarão vinculados ao transcurso de prazo de 01 (um) ano, a contar da data-base do orçamento.

8.3 - Decorrido 01 (um) ano da data-base do orçamento, o reajuste será realizado de acordo com o Índice Nacional de construção Civil – INCC, na hipótese de o serviço não possuir variação por outro índice setorial. SINAPI.

8.4 - O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida abaixo.
Onde:


R = Valor da parcela de reajustamento procurado

I_0 = Índice de preço verificado no mês do orçamento

I_1 = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado

8.5 – Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA conforme Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página **73** de **95**

8.5.1 - Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, os PREÇOS contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem 8.5 deste Termo, obedecendo-se os seguintes critérios:

8.5.2 - Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma Físico-Financeiro.

8.5.3 - Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.

8.5.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.5.5 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.5.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

8.6. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido. A análise dos fundamentos de fato e de direito do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o fiscal do contrato poderá solicitar apoio técnico ao gestor do contrato.

8.6.1. Analisado o pedido e verificada a real alteração do custo suportado pelo contratado, o fiscal do contrato se manifestará pela procedência total ou parcial do pedido, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

8.6.2. Quando o fiscal se manifestar pela procedência do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral para manifestação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Após manifestação, a Procuradoria-Geral enviará o pedido para gestor do contrato que julgará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

8.7 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;


8.8 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

8.9 - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Além das estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como neste contrato, constituem obrigações da contratante:

- n.** Emitir ordens de início e de paralisação dos serviços.
- o.** Liberar as áreas destinadas ao serviço.


	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 74 de 95

- p. Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro.
 - q. Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos.
 - r. Pagar as faturas emitidas pela CONTRATADA, que forem regularmente liquidadas.
 - s. Notificar a contratada de qualquer irregularidade detectada na execução do contrato e no caso de não regularização, processar a rescisão, e/ou, ser for o caso, executar a garantia de execução e/ou aplicar as sanções previstas neste edital e em legislação pertinente.
 - t. Emitir os Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo nos prazos e condições estipuladas no Edital e neste Contrato.
 - u. Rejeitar os serviços executadas em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou com imperfeição, presentes as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis.
 - v. Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da FISCALIZAÇÃO/CONTRATANTE, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas.
 - w. Solicitar que a CONTRATADA, quando comunicada, afaste o empregado ou contratado que não esteja cumprindo fielmente o presente Contrato.
 - x. Fornecer, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos "Documentos Técnicos" e colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos.
 - y. Garantir o acesso da CONTRATADA e de seus prepostos a todas as informações relativas à execução dos serviços.
 - z. Obter, tempestivamente, as licenças ou autorizações, quando de sua competência, junto a outros órgãos/entidades, necessárias à execução dos serviços contratados.
- 9.2- Designar a gestão do contrato e a fiscalização da obra junto à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Mediante a contratação dos serviços, a Prefeitura Municipal Tarauacá se obriga a:
1. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas no Edital;
 2. Promover através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
 3. Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
 4. Informar à Contratada toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, objetivando medidas corretivas por parte da Contratada;
- 9.3 - Obrigatoriamente deverão ser promovidas as consultas ao CEIS, CNEP, SICAF e ao CNJ, por ocasião da celebração de contrato, devendo ser excluídas do procedimento as pessoas físicas ou jurídicas neles inscritas ou tomadas às necessárias providências para tornar efetivas as vedações determinadas;
- 9.4 Realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

10.1 A empresa CONTRATADA ficará obrigada a executar os serviços com os mesmos padrões e especificações daquelas constantes neste Projeto Básico e seus anexos, sob pena de não aceitação dos mesmos.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página **75** de **95**

10.2 - A empresa CONTRATADA fornecerá a Prefeitura Municipal de Tarauacá todas as informações relacionadas ao serviço executado e disponibilizará todos os meios necessários à comprovação da qualidade;

10.3- A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto para atendimento às exigências da Fiscalização da CONTRATANTE;

10.4 Todas as atividades deverão ser executadas por empregados devidamente qualificados para a prestação dos serviços demandados;

10.5 Os serviços contratados deverão ser executados sob exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA, em consonância com as cláusulas e condições do objeto a ser executado, além das obrigações previstas no Anexo I – Termo de Referência, incluindo todos os ônus relativos a:

I - Direção, controle geral e responsabilidade técnica da obra;

II - Engajamento de mão-de-obra, especializada e/ou não, para o bom desempenho e qualidade da obra;

III- Fornecimento dos materiais necessários para execução da obra, de acordo com as especificações do CONTRATANTE;

IV - Seguro de acidente de trabalho e a Previdência Social da aludida mão-de-obra;

V - Responsabilidade civil por danos pessoais ou materiais causados ao Estado, ou a terceiros, na execução desses serviços, exonerando expressamente o CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades ou ônus, diretos ou indiretos, pelos ressarcimentos ou indenizações devidas;

VI - Pagamento das contribuições devidas ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, salários, férias, indenizações trabalhistas e todas e quaisquer outras obrigações legais, relativas à mão-de-obra engajada;


VII - Obtenção de licenças e alvará perante as repartições competentes, bem como, pagamento de todos os impostos que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o presente contrato e seus eventuais aditivos;

VIII - Seguir as normas de segurança e medicina do trabalho.

10.6 - A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive a promoção de adequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado será da empresa CONTRATADA;

10.7- Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa prevista no Termo Contratual;

10.8 - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA;

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 76 de 95

10.9- O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10.10- A CONTRATADA deve conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo;

10.11 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.12- A CONTRATADA terá a obrigação de cumprir as exigências de reserva de cargos previstos em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz, conforme Art. 92, inc. XVII da Lei 14.133/2021.

10.13 - É estritamente necessária a apresentação das ART'S referentes aos serviços da obra, antes do início dos serviços. Ela deve estar devidamente carimbada pelo órgão responsável e deve ser mantida no canteiro de obras durante todo o período de execução dos serviços, a fim de estar sempre disponível para a Fiscalização.

10.14 - Manter à disposição da fiscalização, nos locais dos serviços e apresentar sempre que exigidos, os seguintes elementos:

b.1) Livro de ocorrência diária;

b.2) Projetos e/ ou discriminações técnicas;

b.3) Registro das alterações realizadas;

b.4) Cópia do registro da ART junto ao CREA/AC, e demais documentos relativos à segurança dos serviços e exigências municipais

10.15 Cabe à Contratada as despesas relativas às leis sociais, seguros, vigilância, transporte, alojamento e alimentação do pessoal, durante todo o período da obra.


10.16 - Manter no local da obra engenheiro responsável, encarregado geral e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços;

10.17 - Colocar placas indicativas no local onde será realizado os serviços, conforme legislação vigente;

10.18 - Manter diário de obra atualizado à disposição da fiscalização;

10.19 - Providenciar a remoção de entulhos e detritos acumulados no local da obra durante toda a execução e até final, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificar vício, defeito ou incorreção resultante da execução ou do material empregado.

10.20 - Remover as instalações provisórias da obra, ao seu término;

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

10.21. Ao final da obra, a CONTRATADA será obrigada (Espec. Técnica, item 2.7, pg. 04) a apresentação da guia de recolhimento das obrigações com o INSS, como também, os documentos relacionados à obra:

- Certidão Negativa de Débitos do INSS;
- Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS;
- Certidão de Quitação do ISS, referente ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL


11.1 - Da Garantia de Execução Contratual

I - Como garantia do fiel cumprimento das suas obrigações contratuais nos termos do art. 96 da Lei 14.133/2021, a contratada obriga-se a apresentar garantia de valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, para assinatura do Termo. A contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

1. Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública.
2. Carta de Fiança Bancária.
3. Seguro Garantia.

II - A garantia contratual deverá obedecer aos seguintes requisitos:

4. Deverá ser apresentada até a data de assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação.
5. O prazo de vigência da garantia contratual será igual ao período de vigência do contrato, acrescido de 12 (doze) meses, devendo ser tempestivamente renovada pela contratada se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.
6. A garantia contratual só será restituída ou liberada após o Recebimento Definitivo do(s) serviço(s).
7. A garantia contratual deverá acompanhar os eventuais ajustes do valor do contrato, devendo ser complementada pela contratada antes da celebração de aditivos contratuais, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.
8. A garantia contratual servirá também para assegurar a cobertura das eventuais multas contratuais aplicadas à contratada.
9. Para o licitante que se apresentar na forma de consórcio, a garantia da proposta poderá ser apresentada em nome de qualquer das consorciadas, assim como poderá o valor exigido ser atendido pela soma de garantias apresentadas por cada consorciada.
10. No caso de opção pela caução em dinheiro, a mesma deverá ser efetuada em conta de caução vinculada à Prefeitura Municipal de Tarauacá.
11. No caso de opção pela garantia em títulos da dívida pública, deverão tais títulos ser acompanhados de documento emitido pela SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL, no qual este atestará a sua validade, exequibilidade, taxa de atualização e avaliação de resgate.
12. Serão aceitos títulos da Dívida Pública, desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do SELIC - Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais. Devem, ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários, e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da empresa Contratada.
13. No caso de opção pela garantia na forma de “Carta de Fiança Bancária”, a mesma deverá ser emitida por banco localizado no Brasil, devidamente autorizado a operar no país pelo Banco Central do Brasil. Deverá ainda ser apresentada com firma devidamente reconhecida em

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 78 de 95

cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

14. A carta de fiança deve ser fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

- Cópia autenticada do estatuto social do banco;
- Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;
- Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;
- Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

15. Se a modalidade escolhida for o Seguro Garantia, deverão ser obedecidos os seguintes critérios:

- A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da CERTIDÃO DE REGULARIDADE expedida pela SUSEP.
- A apólice deve contemplar a cobertura para riscos Trabalhistas e Previdenciários.
- A apólice deve prever a cobertura para multas contratuais impostas à contratada.
- A apólice deverá estar assinada, com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.
- A apólice deve observar as circulares nº. 232/2003, 251/2004, 255/2004 e 256/2004 da SUSEP e aquelas que porventura venham complementá-las ou substituí-las.
- Para apólices com Importância Segurada superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), deve ser apresentado documento comprobatório do resseguro da apólice.
- O seguro-garantia deverá ser livre de franquia.

16. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

- Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato.
- Objeto a ser contratado, especificado neste Edital.
- Nome e número do CNPJ do SEGURADO (Prefeitura Municipal de Tarauacá).
- Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora).
- Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

17. As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar a Prefeitura Municipal de Tarauacá como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula.

18. Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, *pro rata tempore* pela fórmula estabelecida na minuta deste Contrato, atualizada a partir da data de recolhimento a Prefeitura Municipal de Tarauacá.


19. A perda da garantia em favor da Prefeitura Municipal de Tarauacá, em decorrência de rescisão unilateral do Contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato.

20. Na carta fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.

21. A garantia prestada por fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ser renovada anualmente.

22. É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias, nas garantias apresentadas na forma de fiança bancária ou seguro-garantia.

23. A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL	Processo Nº. 1.940/2024 Folha Nº: _____ Rubrica: _____
---	--	--

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RECEBIMENTO DA OBRA

12.1 Após a conclusão dos serviços contratados, a CONTRATADA, mediante requerimento ao dirigente do CONTRATANTE, poderá solicitar o recebimento dos mesmos.

12.2 - Os serviços concluídos poderão ser recebidos PROVISORIAMENTE, a critério do CONTRATANTE pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

12.3 O termo circunstanciado citado no item anterior deve, quando:

c) os serviços estiverem EM CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, explicitar esse fato no texto, que deverá ser datado e assinado pelo responsável pelo recebimento.

d) os serviços apresentarem NÃO CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, relacionar os serviços desconformes, explicando as razões das inconsistências, dando prazos para correção, que não poderão ser superiores a 90 dias.

12.4 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

12.5 Para o recebimento DEFINITIVO dos serviços, o dirigente do órgão CONTRATANTE designará servidor ou comissão com no mínimo 02 (Dois) técnicos, que vistoriará os serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

12.6 O RECEBIMENTO DEFINITIVO deverá ocorrer em no máximo 90 (noventa) dias, contados a partir do decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos desse contrato.


12.7 - A assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO não exime a CONTRATADA das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor e por este Contrato, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos de garantia e responsabilidade previstos em lei, se outro prazo não for estipulado neste Contrato.

12.8 - A assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, cuja data fixa o início dos prazos previstos no artigo 618, do Código Civil não exime a CONTRATADA das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor e por este Contrato, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos de garantia e responsabilidade previstos em lei, se outro prazo não for estipulado neste Contrato.

12.9 - Após a assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, a garantia prestada pela CONTRATADA será liberada e se em dinheiro, corrigida monetariamente, conforme procedimentos descritos na cláusula deste Contrato que trata de garantias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página **80** de **95**

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra (quando for o caso);

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.6.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ;

13.1.6.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;


13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página **81** de **95**

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 27.1.1, 27.1.2 e 27.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.


13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2 - A contratada é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).;

14.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no presente contrato.

15.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.3 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas

15.4 - Em caso algum a Administração Pública pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista Previdenciária, Fiscal e Comercial, bem como aqueles resultantes de atos ilícitos praticados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros.


CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1 - A inexecução total ou parcial do contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará à CONTRATANTE a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas no Art. 137 e 138 da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

DOS MOTIVOS

16.2 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- X. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página **83** de **95**

- XI. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- XII. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- XIII. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- XIV. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- XV. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- XVI. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- XVII. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- XVIII. cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

16.3 -O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

16.4 A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

16.5 Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

16.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.


DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- IV. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- V. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- VI. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 - As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Entidade: 01 – Prefeitura Municipal de Tarauacá
Órgão: 11 – Secretaria Mun. De Obras e Serv. Urbanos
Unidade: 01 – Gabinete da Secretaria Mun. De Obras e Serviços Urbanos

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Proj./Ativ...: 2.049 – Abertura, conservação e manutenção de estradas vicinais
Elemento de Despesa: 44.90.51 – Obras e instalações
Fonte: 700 CONV - R\$ 3.828.065,00
500 RP – R\$ 25.851,08

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis, Decreto Estadual nº 129/2023 de 26 de dezembro de 2023 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – NULIDADE DO CONTRATO

19.1 - Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

I - impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

II - riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

III - motivação social e ambiental do contrato;

IV - custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;

V - despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;

VI - despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

VII - medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;

VIII - custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;


IX - fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;

X - custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

XI - custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

19.1.1 - Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

19.2 - A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei nº 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página **85** de **95**

19.2.1 - Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

19.2.2 - Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

19.3 - A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

19.4 - Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

21.1 - Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Tarauacá- Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Tarauacá, XX de XXXXXX de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX


Prefeita

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº XXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 86 de 95

TESTEMUNHAS:

1. _____


Nome:

CPF: _____

2. _____

Nome:

CPF: _____

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL	Processo Nº. 1.940/2024 Folha Nº: _____ Rubrica: _____
---	---	--

ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

REF.: CONCORRÊNCIA nº. ____/2024

_____(nome da licitante)_____, inscrita no CNPJ nº._____, sediada na _____, telefone _____, e-mail _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins da licitação em epígrafe, vem apresentar proposta de preços para execução do objeto licitado através da presente licitação, conforme abaixo relacionado:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	VALOR
1		

Dados Bancários:

Banco: _____;

Agência: _____


Conta: _____.

A validade desta proposta é de ____ (_____) dias.

Declaro que os valores apresentados englobam todos os custos operacionais do fornecimento, incluindo frete, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral dos serviços, sem que caiba direito de reivindicar custos adicionais a contratante.

_____-____, ____ de _____ de 2024.

Local


	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página **88** de **95**

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

- 1) Este documento deverá ser emitido em papel timbrado que identifique o Licitante; 2
- 2) O prazo mínimo de validade da proposta será de 60 dias a contar da sessão pública.
- 3) Deverá ser apresentado juntamente com a proposta de preços todas as Planilha orçamentárias assinadas por profissional habilitado, conforme exigências do edital (da apresentação da proposta de preços), da fase de julgamento das propostas e demais exigências do edital

	<p align="center">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 89 de 95

ANEXO IV – PLANILHAS ORÇAMENTARIAS

SERÁ DISPONIBILIZADO POR MEIO DIGITAL NO SITE:

<http://www.gov.br/compras/pt-br/>

ANEXO IV -A – PROJETOS


SERÁ DISPONIBILIZADO POR MEIO DE SOLICITAÇÃO NO EMAIL:

- Tendo em vista que o sistema [compras.gov](http://www.gov.br/compras), tem a capacidade limitada para anexar arquivos, solicitamos que os interessados, solicitem os projetos no e-mail informado:

setordelicitacoestk2@gmail.com

As demais informações estão disponibilizadas por meio digital no site:

<http://www.gov.br/compras/pt-br/>

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL	Processo Nº. 1.940/2024 Folha Nº: _____ Rubrica: _____
---	---	--

Página 90 de 95

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO, BEM COMO DA QUALIFICAÇÃO DE CADA MEMBRO DA EQUIPE TÉCNICA QUE SE RESPONSABILIZARÁ PELOS TRABALHOS. (CONFORME EXIGÊNCIA CONSTANTE NO ART. 67, III, LEI 14.133/2021)


Ref.: CONCORRÊNCIA Nº. ____/2024

A empresa _____(nome da licitante)_____, inscrita no CNPJ nº._____, sediada na _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins da licitação em epígrafe, DECLARA expressamente, sob a penas da lei que por ocasião da contratação, disporá do PESSOAL TÉCNICO necessários e suficientes para a realização do objeto da licitação, conforme baixo relacionados:

QUANT.	PROFISSIONAL	QUALIFICAÇÃO
01		XXXXXXXX
01		XXXXXXXXXX

OBS.: A apresentação da relação de equipe técnica é obrigatória e deverá fazer parte da documentação.

Local, de de 2024.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 91 de 95

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INCLUSÃO

Eu, _____ (Profissão) Registro ____ autorizo minha
inclusão na equipe técnica.

Local e data


Assinatura do Profissional

Eu, _____ (Profissão) Registro ____ autorizo minha
inclusão na equipe técnica.

Local e data

Assinatura do Profissional

Nota: A apresentação da relação de equipe técnica e da declaração de inclusão é obrigatória e deverá fazer parte da documentação, conforme dispõe o [inciso III do art. 67º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

	<p align="center">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 92 de 95

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E
CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL (conforme exigência constante no art. 68, VI, Lei 14.133/2021)

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº. ____/2024

A empresa _____ (nome da licitante) _____, inscrita no CNPJ nº. _____, sediada na _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins da Concorrência em epígrafe, DECLARA expressamente, sob a penas da lei que:

a) até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

b) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e do Inciso VI do Artigo 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021;


c) não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____ - ____, ____ de _____ de 2024.

Local

Assinatura do representante legal da empresa

Notas: 1) Este documento deverá ser emitido em papel timbrado que identifique o Licitante;

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE TODAS AS
INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS
OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO (DECLARAÇÃO DE VISITA

A Prefeitura Municipal de Tarauacá

Ref: Concorrência Nº/2024

A empresa _____ (nome da empresa) CNPJ nº _____ com sede na cidade de _____, Estado _____ situada na Rua (Av.) _____, no Bairro _____, CEP _____, através de seu responsável técnico Sr. _____, título profissional _____, DECLARA de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades da obra e do local onde a mesma será executada, para fins de participação no processo licitatório CONCORRÊNCIA nº...../2024, e que tomou conhecimento de todos os aspectos que podem influir direta e indiretamente em sua execução e ainda, que não alegará posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que vier a celebrar, caso seja a vencedora.

Local e data


Assinatura do Responsável Técnico Registro Profissional

OU

_____ (nome da empresa) CNPJ nº _____ com sede na cidade de _____, Estado _____ situada na Rua(Av.) _____, no Bairro _____, CEP _____, **declinou da visita técnica**, e que neste caso, tem pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira, sob as penalidades da lei.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUCÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

Página 94 de 95

ANEXO XI DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À

Comissão Permanente de Contratação – CPC

Concorrência Eletrônica N.º ____/____.


_____(nome da empresa)_____, CNPJ nº_____, sediada em (endereço completo)_____, declara, sob sua exclusiva responsabilidade penal e civil, que nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e suas alterações, que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. E que está apta para receber o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei, porque na data da abertura da licitação está classificada como:

() Microempresa - ME – receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00.

() Empresa de Pequeno Porte - EPP - receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA DE TARAUACÁ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 EDITAL</p>	<p>Processo Nº. 1.940/2024</p> <p>Folha Nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 95 de 95

ANEXO X DO EDITAL – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

SERÁ DISPONIBILIZADO POR MEIO DIGITAL NO SITE:

<http://www.gov.br/compras/pt-br/>

ANEXO XI DO EDITAL - MATRIZ DE RISCO

SERÁ DISPONIBILIZADO POR MEIO DIGITAL NO SITE:

<http://www.gov.br/compras/pt-br/>